

## **O PROBLEMA DA CRISE DE REPRESENTATIVIDADE NA POLÍTICA NO SÉCULO XXI**

### **THE PROBLEM OF THE CRISIS OF REPRESENTATIVENESS IN POLITICS IN THE 21ST CENTURY**

**Jonathan Guedes da Silva Ricardo<sup>1</sup>**

#### **Resumo**

O presente trabalho tem como finalidade analisar como nesta era da informação, em que estamos em constante sintonia com acontecimentos que ocorrem em vários pontos do globo terrestre, cada vez mais estamos distantes de uma identificação com nossos representantes políticos. Esta constatação é muito preocupante, pois se somos os eleitores os responsáveis por eleger nossos representantes, estamos na contramão dos princípios mais básicos da democracia. Em momentos de crise econômica, essa percepção de não-identificação com quem elegemos se acentua ainda mais. E é justamente nos momentos de desesperança nacional que as figuras mais radicais ganham destaque e, por meio de discursos que escapam ao controle de suas emoções, começam a ganhar espaço na preferência dos eleitores. Apreender os processos eleitorais será de uma importância fundamental, pois é nesses momentos que são possíveis perceber com maior clareza o quanto a polaridade como fenômeno intrínseco da natureza humana começa a se redesenhar num novo ciclo temporal. Finalmente, desenvolver-se-ão algumas reflexões que terão por base pensar uma nova maneira de fazer política, com novos quadros, baseado na ampla representatividade de diversos grupos sociais e que esteja distante dessa concepção de política tão fortemente enraizada, de uma maneira geral, por entre as diversas sociedades internacionais.

106

**PALAVRAS-CHAVE:** Política; representatividade; sociedade; século XXI; novas alternativas.

#### **Abstract**

---

<sup>1</sup> Licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Graduando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador em Educação, estudos socioeconômicos e estudos internacionais, associado a grupos de pesquisas na UNIRIO e na Universidad de Guadalajara, México. Contato: jonathanguedesricardo@gmail.com.

The present work aims to analyze how in this information age, in which we are in constant harmony with events that occur in various parts of the globe, we are increasingly distant from identification with our political representatives. This finding is very worrying because if we are the electors who are responsible for electing our representatives, we are against the most basic principles of democracy. In times of economic crisis, this perception of non-identification with whom we elect is further accentuated. And it is precisely in the moments of national hopelessness that the most radical figures gain prominence and, through discourses that are beyond the control of their emotions, begin to gain space in the preference of voters. Seizing the electoral processes will be of fundamental importance, for it is at these moments that it is possible to perceive with greater clarity how polarity as an intrinsic phenomenon of human nature begins to be redrawn in a new temporal cycle. Finally, some reflections will be developed that will be based on thinking of a new way of doing politics, with new cadres, based on the broad representation of diverse social groups and that is far from this conception of politics so strongly rooted, among the various international societies.

**KEYWORDS:** Politics; representativeness; society; XXI century; new alternatives.

## Introdução

Política. Incrível como uma simples palavra envolve, simultaneamente e de forma generalizada, tantas emoções, tantas concepções de mundo, tantas ontologias, tanto repúdio e também desprezo por parte de um coletivo que se lamenta dos índices de corrupção dos governantes e da falta de representatividade que existe, por exemplo, na sociedade brasileira.

Antes de continuar, importante dizer que este estudo se fortaleceu dos acontecimentos políticos e sociais que se deram, em particular, no Brasil, no México e no Panamá do século XXI, mas que nos ajuda a compreender outros contextos e também outras épocas. Ampliar essas fronteiras temporal-geográficas perpassa, por exemplo, por refletir sobre as questões aqui expostas, de tão deslocáveis que são.

Nas democracias, o direito ao voto aparece como uma conquista do povo que enfrentou intensas barreiras para alcançar. Todos os cidadãos com um mínimo de idade e com os direitos políticos vigentes, dentre outros requisitos próprio de cada país, têm na jurisprudência a garantia fixa de poder eleger seus

representantes por um determinado período de tempo, longe de qualquer tipo de pressão.

Por outro lado, o direito de se eleger também figura como um importante meio de exercer a cidadania. Os requisitos para tal exercício, que na teoria se desprende dos aspectos econômicos e de poder/ *status quo* que davam legitimidade apenas a determinados e poucos indivíduos e grupos de se elegerem num período da história não muito distante do hoje, agora têm ampliado seu alcance social.

Neste trabalho, a todo instante, pensar-se-á a ideia de um Estado comprometido e olhando para os interesses principalmente da sociedade, do qual é representante legítimo e primário. Discursos que visem à diminuição do Estado alegando o aumento do direito dos próprios indivíduos de se gerirem não aparecem com um mínimo de solidez na visão aqui defendida.

Além disso, é muito particular do século XXI que a política e a classe política apareçam como a desgraça da humanidade, banhadas pela corrupção e que “antigamente não era assim” (ou, como é doído de ouvir, “antes eles roubavam, mas faziam alguma coisa pelo povo”). Comparar o tal antes com o tal depois não é do todo adequado, sobretudo porque nos dias atuais contamos com uma série de políticas e ferramentas (dentre elas os instrumentos jurídicos de transparência) que permitem flagrantes de irregularidades e maior controle no acompanhamento das ações dos nossos representantes, e cujo diagnóstico público não fazia parte da realidade de tempos passados.

108

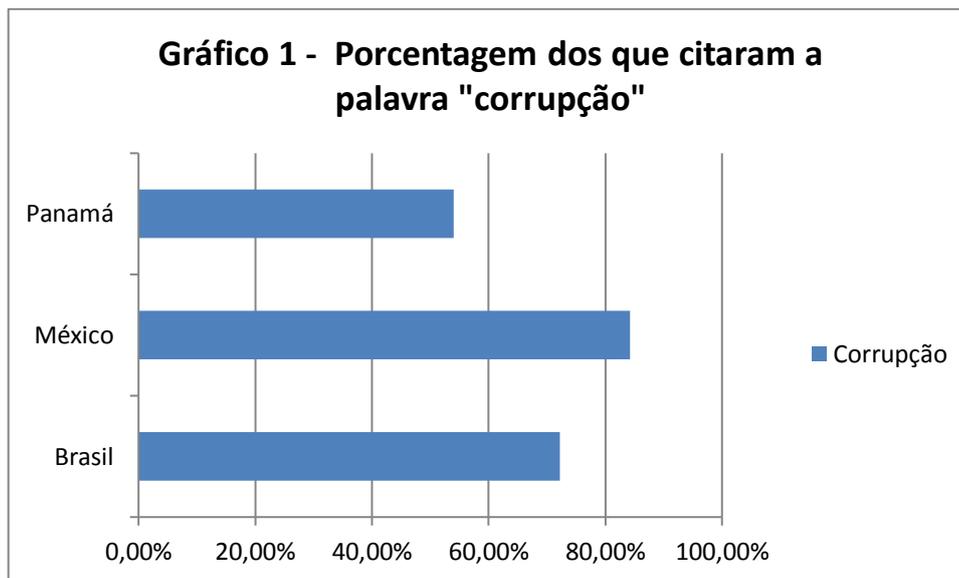
## **A ideia da política e dos políticos como o câncer da sociedade**

Para embasar a tese deste estudo, mesmo já esperando por um determinado resultado, perguntei a um grupo de pessoas qual a primeira palavra que lhes vinham à cabeça quando ouvem falar a palavra “política”. Foram três os cenários, independentes entre si, e com entrevistados de diferentes cenários e grupos socioeconômicos.

No Brasil, foi de 108 (cento e oito) o número de entrevistados, que teve como núcleo do estudo a região metropolitana do Rio de Janeiro. No México, mais precisamente nas regiões montanhosas do Estado de Jalisco, que

compreendeu 95 (noventa e cinco) entrevistados dos municípios de Ameca, Ahualulco de Mercado, Etzatlán, Tequila, Guadalajara, Zapopan e San Pedro Tlaquepaque. No Panamá, por sua vez, a pesquisa contou com a participação de 74 (setenta e quatro) moradores das cidades de San José de David e da capital Ciudad de Panamá.

A palavra “corrupção” foi a mais citada por brasileiros, mexicanos e panamenhos, conforme a porcentagem apresentada no gráfico abaixo:



FONTE: Desenvolvimento próprio do autor.

Não por acaso sejam constantes os números de denúncias e escândalos que envolvem dezenas e dezenas de autoridades públicas nos três países. O próprio México, por exemplo, enfrenta o problema do chamado Narco-estado, em que interesses e grupos que lucram com a atividade ilegal dos cartéis de drogas em muitas situações se misturam com interesses e com atores do meio político. É um problema tão sistêmico da política mexicana quanto à própria desgraça que a política em si pode representar para o coletivo, segundo suas próprias concepções.

Completam o pódio do contexto brasileiro os termos “Operação Lava Jato” e “impunidade”; entre os mexicanos, “violência” e “impunidade” e, finalmente, entre os panamenhos, “desvios” e “representação”. Se repare que apenas entre os panamenhos, na terceira colocação, a política surge como alguma coisa positiva.

Quando apreendemos a concepção da política como um instrumento que o coletivo dispõe para a negociação dos interesses públicos de um coletivo complexo e diversificado, o problema da falta de representatividade que acompanha a sociedade e que é percebida nos diversos discursos representa um fenômeno muito perturbador. Sobretudo quando lembramos que somos nós, os eleitores, que temos o poder nas mãos de escolher nossos governantes por determinado período de tempo.

Não obstante, não são poucos os *políticos camaleões* que apresentam uma determinada agenda de governo durante o processo eleitoral e, uma vez eleitos, passam a desenvolver uma outra pauta que em nada ou pouco dialogava com o que foi prometido anteriormente. Pauta esta que coloca os interesses do mercado à frente dos interesses públicos do cidadão, seja ele qual for.

Aliás, o próprio Estado foi historicamente tomado por essas forças hegemônicas que concentram o poder econômico e produtivo. Interessante que aqui não cito o Estado, pois é um processo que não precisa levar nome para ser compreendido em sua magnitude mais profunda, já que envolve o coletivo das máquinas públicas. No entanto, quanto mais próximos estivermos de uma administração pública que é socialmente eficiente, ou seja, que coloca a pauta do coletivo em ordem de prioridade, mais afastados estarão os grupos poderosos.

Brilhante a reflexão que nos é permitida por Pereira ao propor a seguinte constatação, embora se tenham muitas ressalvas quanto a essa “desprivatização” do Estado que ainda está muito distante do que se é esperado nas mais diversas democracias:

Adicionalmente podemos pensar o Estado como a *res publica*, como a coisa pública. Ou seja, como a propriedade coletiva de todos os cidadãos. O Estado é teoricamente o espaço da propriedade pública. Na prática só o será se a democracia assegurar esse fato. Nas sociedades pré-democráticas o Estado era por definição “privado”: estava a serviço da classe ou do grupo poderoso que controlava o Estado e, através dele, se apropriava do excedente social. O avanço da democracia é a história da desprivatização do Estado (PEREIRA, 1995, p. 87).

Estar afastados não significa, por outro lado, que estejam à margem do que está acontecendo na administração central. Além disso, pode parecer um

assunto de espões ou de especialistas em segurança nacional, por exemplo, mas conspirações para derrubar governos é uma coisa muito mais comum do que possamos imaginar em nossos berços de inocência.

Voltando à questão das figuras que nos representam, é importante que tenhamos a noção de que há dispositivos eleitorais que acabam fugindo da compreensão do cidadão comum que, em muitas situações, teve pouca instrução para compreender a política em si. Voltar-se-á a esta questão com mais profundidade mais tarde, quando se abordará o papel que as mídias e os aparelhos escolares desempenham para a formação desintegrada do cidadão.

O “Efeito Tiririca”, que também chamo de “Efeito puxa o bonde”, é um exemplo que merece ser analisado. Popular que era (e continua sendo), o palhaço teve um recorde de votos do eleitorado no ano de 2010 e que foi proporcional à ocupação de mais três cadeiras da coalizão partidária para a Câmara dos Deputados pelo Estado de São Paulo.

Ou seja, por mais que tenha sido um voto de queixa, na realidade o cidadão paulista na verdade ajudou a eleger representantes que não estavam no cálculo inicial do pacote que se pretendia. Esse fenômeno também é observado nas próprias chapas. Na maioria das vezes as pessoas se atentam apenas à cabeça da chapa, esquecendo de pesquisar e conhecer mais sobre o vice. Em situações de impedimento, doença ou morte, o primeiro na linha sucessória é justamente aquele até então candidato posto na transparência do cotidiano.

111

## **O problema da representatividade no século XXI**

O século XXI traz uma abertura para a diversidade de identidades – que ainda tem muita a ser conquistado – nunca visto anteriormente. Já não existe na mesma proporção que no passado “a” religião oficial, “o” tipo de cidadão, “a” concepção mundana, etc. Mas quando olhamos para os representantes políticos que na teoria têm o papel de defender os interesses do coletivo, são sempre os mesmos grupos beneficiados pelas políticas do Estado.

Antes de continuar, é importante enfatizar que não se está querendo afirmar aqui que a crise da representatividade é um fenômeno atual. Mas atualmente o sentimento de desesperança, de não reconhecimento, parece

ganha contornos mais evidentes e que merecem uma análise mais refinada por parte das ciências sociais.

Na verdade a política está longe de ser o espaço da representatividade e do diálogo tal como se defende. Primeiro porque é uma arena relativamente pouco permeável às demandas populares como deveria ser segundo os pilares mais democráticos que existam. Segundo porque é necessário que confrontemos as identidades entre a classe política e a mega-diversidade dos cidadãos aos quais estão representando. E terceiro porque o diálogo entre políticos e cidadãos sofre com os muros que são construídos entre eles, impedindo uma comunicação direta e necessária. Só olharmos para a posição geográfica de Brasília já nos revela muita coisa.

A construção desta capital analisada por uns “como exemplo de uma aventura moderna na periferia capitalista” (SILVA, 1997, p. 88), também passa a ser vista “pelos brasileiros excluídos economicamente como uma nova “terra prometida”” (COTRIM, 2007, p. 549). Mas não se deixe passar em branco que levar a capital nacional para um lugar de difícil acesso e proporcionalmente menos habitada leva a uma série de dificuldades no contato entre governo federal e população.

Por outro lado, é primordial colocar ênfase no papel de fiscalizar que a população precisa melhor desenvolver, livre de concepções ideológicas que impeçam um trabalho coletivo necessário. As convicções são alguma coisa muito íntima de cada uma, mas é necessário que os interesses do coletivo estejam assegurados em primeiro lugar.

Em se tratando particularmente de Brasil, há poucos anos tínhamos cidadãos que eram indiferentes ao que acontecia no campo da política, até chegarmos a um contexto em que até mesmo as panelas viraram instrumentos para medir a insatisfação de determinados grupos sociais com os rumos do país. Temos, portanto, o desenvolvimento de um novo contexto que não necessariamente representa o amadurecimento de uma conscientização política por entre os brasileiros, mas quiçá um crescente e perigoso cenário de polarização que precisa muito bem ser abordada seja por meio de trabalhos de base nas escolas, seja nas campanhas públicas visando minimizar efeitos de extremismo.

Na ausência de governos éticos e comprometidos com o bem estar da coletividade, que são indiferentes às demandas sociais, o surgimento de figuras extremas, que pregam o ódio, a intervenção militar e a redução do Legislativo, por exemplo, são discursos que quanto mais externalizados, mais agradam determinados grupos insatisfeitos com o estado de coisas da atualidade. Aproveitam-se da desesperança generalizada para propor plataformas políticas que muitas vezes vão contra princípios democráticos e éticos.

Dentro dessa fragilidade da representatividade, a impunidade dos governantes que agem de má-fé na administração pública aparece como um outro fator que muito impacta a descrença das pessoas na classe política. De fato, uma justiça frágil e ambígua, que sofre todo tipo de dribles pelos que concentram os recursos monetários, e que ainda possuem direitos especiais – como o de julgamento por instâncias superiores, por exemplo –, soa como um deboche ao cidadão que é o contribuinte e, portanto, o encarregado de manter, por meio do pagamento de impostos, o funcionamento do Estado.

A pergunta que muitos se fazem: onde está o retorno dos impostos pagos pelo coletivo? Seja nos casos dos três países que serviram de base para este trabalho, enxergamos uma realidade pautada numa educação precária, em saúde que deixa a desejar, na falta de investimentos que gerem resultados na segurança pública, etc. A má administração dos recursos públicos é algo que gera revolta e que acompanha constantemente a realidade de muitos países, em particular os latino-americanos.

Finalmente, as agremiações partidárias aparecem como instituições manchadas por toda a falta de honestidade que pode acometer o ser humano. De proposta para acolher as reivindicações da população em regimes democráticos passaram a ser encarados como objeto de um “sistema partidário vem perdendo seu apelo e confiabilidade e, para todos os efeitos, é considerado um resquício burocrático destituído da fé pública” (CASTELLS, 2000, p. 402).

## **A era da informação e o problema das fake news**

Na era da informação da qual nos encontramos, em que um click nos leva a qualquer esquina do mundo, as fake news representam uma ameaça muita

grave aos processos eleitorais que, por si só, já enfrentam um conjunto grande de dificuldades a cada ciclo do pleito universal.

As fake news são notícias falsas que visam deliberadamente à ampla divulgação de determinados conteúdos para o maior número de pessoas possível e que enxerga esse modelo como uma estratégia para formar opiniões, influenciar comportamentos, obter vantagens ilícitas ou econômicas, manchar imagens de eventuais alvos ou simplesmente para obter visibilidade do coletivo. Além disso, distorcer fatos reais por meio inclusive de sua divulgação incompleta também é considerado uma fake news.

Em momentos de crise política e econômica, a circulação de boatos se torna algo corriqueiro pelos diferentes meios de comunicação, dos grupos de Whatsapp aos emails. Torna-se crucial, por outro lado, que o cidadão esteja atento às fontes dos conteúdos que por ventura venha a receber, até porque é essencial levar em conta que ao repassar aquele conteúdo para outras pessoas estará contribuindo para que a situação saia do controle ainda mais.

Entendendo a tecnologia como alguma coisa cuja definição dificilmente será “pronta e acabada”, pois sempre que pensarmos nela novos fatores poderão ser acrescentados (REDÁ; ALVES; TONANI, 2006, p. 15), repensar o papel das mídias de informação e seus impactos sobre a sociedade, sobretudo em termos das fake news, se torna algo de suma importância.

Compartilha-se da ideia de que o fenômeno das fake news é um problema bola de neve que precisa de uma atenção muito particular por parte das autoridades nacionais, mundiais e de especialistas das áreas da telecomunicação e de dados virtuais. É necessário todo um conjunto de políticas que conscientizem a população e punam com o rigor preciso da lei as pessoas que se utilizem desses mecanismos contra o direito da população à obtenção de notícias verídicas. Torna-se inclusive, como pode ser reparado, uma questão de segurança e de estabilidade nacionais.

## **Os interesses por trás da cortina midiática**

Outra tese que este trabalho buscará desenvolver é de interesses que estão por trás das construções que têm o poder de influenciar a opinião pública

de um modo geral sobre a política e os políticos. A intenção aqui não é a de defender esses últimos. Dependendo do trabalho que desenvolvam e dos interesses que representam, este trabalho está num posicionamento longe disso.

Mas a questão é de colocar foco na constatação de que é próprio das grandes mídias de massa selecionar as informações sob um leque de requisitos particulares que se considera; ou de ocultar determinados acontecimentos impactantes frente à veiculação de notícias de baixo interesse social, por exemplo. Como empresas privadas que são, mesmo seguindo uma série de obrigações legais, não têm – como há de se supor – interesse algum em agir contra seus próprios interesses.

Perceba-se que as grandes mídias se tornaram o principal meio de comunicação entre classe política e população. O que acontece em Brasília dificilmente é recebido pelo cidadão brasileiro por meio de consultas nos canais de comunicação do governo ou por meio de outros instrumentos. Tão grande é a pressão dos grandes conglomerados midiáticos que esses acabam muitas vezes influenciado com grande peso as pautas políticas do país, seja ele qual for.

Não a toa não se deve ter medo algum de arriscar que o Estado em si não é do interesse público, mas do empresariado. Num sistema político-econômico do qual fazemos parte, em que as dívidas públicas do Estado se torna um meio rentável de lucrar e também de pressionar os passos que a máquina pode dar, qualquer ameaça por parte dos capitalistas põe o Estado de joelhos, humilhado.

Não é estranho, por exemplo, a percepção aqui ou acolá de que “políticos de todos os matizes têm revelado uma tendência a descaracterizar seu próprio discurso e incorporar o estilo midiático” (SARTI, 2000, p. 3). O poder, dúvida que é, atua sobre duas frentes: sobre a classe política e sobre o cidadão comum.

Ao selecionar determinados informes sobre a política, as grandes mídias podem contribuir para a formação de uma crítica social que vê na política uma arena formada por sujeitos descomprometidos, que praticam a corrupção, e cuja distância é a melhor opção a ser tomada pelo “cidadão de bem”. Portanto, a política é construída sob uma perspectiva que a coloca com um instrumento para poucos, que pode ser deixada para “aqueles” que legislam, executam e movimentam a máquina pública.

Não obstante, este trabalho busca justamente incentivar a formação de novos quadros para a política, que seja formada principalmente por jovens que, sonhadores que são, estejam comprometidos com as pautas sociais e com os princípios éticos e sensíveis ao direito de todo e qualquer homem a ter acesso a serviços públicos de qualidade e com as devidas garantias de uma vida digna.

Por trás da cortina midiática, que produz discursos e influencia visões de mundo, é fundamental que tenhamos a sagacidade de perceber até que ponto a manipulação – tão invisível que é – pode se fazer presente. Como cidadãos que somos, encarar a política como um campo legítimo de disputa de diferentes visões de mundo como uma oportunidade de fazer valer os direitos mais básicos que a jurisprudência garante ao homem.

## **Considerações finais**

A política é comumente associada aos atos de corrupção praticadas pelos representantes do povo, e por outros aspectos negativos que estamos cansados de ouvir em nossos cotidianos. Como foi observado na entrevista desenvolvida no Brasil, no México e no Panamá, o senso comum se alimenta de discursos que enxergam na política uma arena antagonista do poder popular.

Se distanciando desse aspecto negativo, buscou-se resgatar a política como instrumento da representatividade, que pode se (re)desenhar a partir de uma perspectiva de encurtar drasticamente a distância construída em relação aos representados, e cujo quadro pode se inspirar nas aspirações sociais mais puras e autênticas.

A formação escolar tradicional não permite aos alunos uma formação integrada a seus papéis de cidadãos. Não poderia ser diferente, portanto, que as pessoas saiam da escola preparadas para atuar no mercado de trabalho mas não sejam capacitadas, por exemplo, para refinar o olhar sobre os aspectos políticos que necessariamente nos envolve.

Criticando esse modelo de educação e, mais, os interesses ocultos das grandes mídias que ao invés de incentivar com profundidade apenas mostram a faceta cruel dos representantes políticos acabam por inflar a polarização política

e a indiferença que acompanha uma parcela considerável da população, em diferentes realidades domésticas.

Como alternativa para essa crise de representatividade que nos acompanha em pleno século XXI, quando as identidades começam a emergir com mais intensidade em meio à relativa liberdade que é conquistada dia após dia, faz-se um sincero convite aos jovens e cidadãos em geral que estejam comprometidos com as causas da sociedade e que vejam na política não apenas o processo de escolher o representante por meio da urna, mas principalmente vendo a política como um meio que permite mudanças sociais significativas e, portanto, melhorias na vida da população.

Ser um ator político é um papel que também nos cabe. Seja propondo ideias, seja fiscalizando, seja colocando-nos como candidatos, seja intervindo no cenário social que nos circunscreve. Aliás, não se deve esquecer em nenhum momento: “a razão *d'être* da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação” (ARENDDT, 1972, p. 192).

Finalmente, a pergunta que fica e que é um convite para novas reflexões e novas produções é justamente a seguinte: quem me/ nos representa na política?

117

## Referências bibliográficas

ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. 2 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

CALTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COTRIM, G. *História global: Brasil e geral*. São Paulo: Saraiva 2007.

PEREIRA, L. C. B. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. *Lua Nova*. São Paulo, n. 36, p. 85-104. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451995000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451995000200006). Acesso em: 13 de maio de 2018.

REDÁ, A.; ALVES, P. F.; TONANI, R. Projeto de Pesquisa Cultura Tecnológica. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2006. (Trabalho apresentado na disciplina “Educação e Cultura em Ciência e Tecnologia”, do Mestrado em Educação Tecnológica).

SARTI, I. A construção midiática da política e a crise da representação. In: *XXIV Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pósgraduação em Ciências Sociais*. Petrópolis, Rio de Janeiro, out. 2000.

SILVA, E. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Printed in Brasil, 1997.